A LUTA LGBT E OS PARTIDOS POLÍTICOS

Em um contexto marcado pela explosão de novas subjetividades, percepções da sexualidade e padrões de conjugalidade que vêm produzindo novas agendas políticas no espaço público, adensando o escopo do debate político no Brasil, este trabalho pretende pensar sobre a capilaridade dos partidos políticos brasileiros às demandas sociais contemporâneas, haja vista um recorrente pessimismo quanto à sua capacidade de interlocução com os novos atores sociais, em face de interesses tão plurais e distantes da clássica disputa capital/trabalho.

Nesse sentido, e pretendendo aprimorar o foco da questão que me norteia, elejo o Movimento LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros¹ – e sua interface com os partidos políticos como estudo de caso. Para tal, apresento os partidos em dois níveis de análise: o institucional, no qual o estatuto, o programa e a estrutura organizativa serão perscrutados, e o da atuação parlamentar, privilegiando a Câmara de Deputados Federais.

A escolha do Movimento LGBT no Brasil justifica-se por ser um movimento de projeção mundial, que possui um *ethos* muito próprio, na medida em que “brinca” com os padrões sociais para denunciá-los. No entanto, difere-se

¹ No Brasil, o primeiro grupo de ativistas homossexuais foi o Somos, em São Paulo, formado no final da década de 1970. Esse grupo congregava tanto homossexuais masculinos quanto femininos. Entretanto, alguns meses depois de sua formação, grande parte das mulheres que o compunham decidiu formar um novo grupo apenas de lésbicas. Foi com o movimento feminista que elas mais se identificaram, embora de início, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, este tenha relutado em recebê-las. Em 1980, a Ação Lésbico-Feminista é formada. Nesse quadro, na década de 1980, José Wilson Richetti, delegado de polícia, iniciou uma “limpeza” no centro da cidade de São Paulo, buscando “eliminar” prostitutas e homossexuais. A brutalidade e ilegalidade com que agia levaram o movimento homossexual a realizar uma passeata, que, juntamente com prostitutas, membros dos movimentos negro, estudantil e feminista, mobilizou quase mil pessoas em protesto. Com palavras de ordem do tipo “Agora já, queremos é fechar”, “ABX, libertem os travestis”, entre outras, o evento foi o precursor das Paradas do Orgulho Gay que se notabilizaram a partir de 1995, quando foi realizada a primeira do Brasil no Rio de Janeiro. Dez anos depois, ocorreu o primeiro Congresso da ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros) em Curitiba. Durante o evento, ficou decidido que a partir de então, nos documentos oficiais do Movimento, não seria mais utilizada a categoria “homossexual” (por ser considerada patologizante), e sim “gay”, “lésbica”, “bissexual” e “transgênero”, este último englobando “transexual” e “travesti”. Embora o Movimento LGBT se constitua de forma descentralizada, essa decisão acabou por marcá-lo decisivamente, uma vez que a ABGLT congrega mais de 200 grupos. O Movimento como um todo é formado por setoriais de partidos políticos, ONGs – Organizações Não Governamentais –, grupos assistencialistas e alguns de iniciativa religiosa.

do americano e do europeu, uma vez que no Brasil não há leis que criminalizam a homossexualidade. Em tais lugares, a luta prioritária foi no sentido da descriminalização, enquanto no Brasil se dá contra um preconceito que é difuso e escorregadio. Outro fator instigante no Movimento é englobar sob uma mesma bandeira – a do Arco-íris – diversas identidades que têm demandas específicas, mas que, como movimento, se expressam através de uma agenda política comum.

Minha primeira percepção que perpassa este trabalho é que o exercício do poder apresenta duas dimensões, apenas analiticamente distintas: uma centrada no território, ou seja, nas disputas de grupos excluídos de certos recursos sociais, e a outra difusa, que atravessa tudo e todos, contida nas representações culturais, nos discursos de verdade, que alimentam as disputas territoriais e por elas são alimentados.

Sob essa perspectiva, e procurando entender quais processos históricos conduziram à contemporânea explosão de novas subjetividades e identidades, apresento no primeiro capítulo a ascensão do individualismo moderno, perscrutando seu caráter histórico e mesmo político. Do individualismo dos primeiros cristãos ao individualismo dos tempos atuais, uma série de mudanças socioeconômicas, releituras teóricas e descentramentos do sujeito ocorreram, até a atual experiência de multiidentidades ou de identidades móveis, reflexivamente fundamentadas e organizadas em torno de uma biografia continuamente ressignificada.

No segundo capítulo, abordo a construção das identidades LGBT como sujeitos políticos, por meio de uma matriz teórica que tem o constructo *outsiders/estabelecidos*² de Norbert Elias e a idéia de microfísica do poder esboçada por Michel Foucault como categorias analíticas que iluminam as dimensões do poder propostas anteriormente. O prisma de Elias ilumina o escopo da luta LGBT, uma vez que *outsiders* e estabelecidos disputam um determinado território marcado pela exclusão dos *outsiders* em face da “boa sociedade”, representada pelos estabelecidos. Da mesma forma, o conflito LGBT dá-se pela legitimação de identidades que destoam de um determinado padrão que hegemoniza o homem, branco, heterossexual. A batalha por legitimação requer a valorização da diversidade, por um lado, e, por outro, o reconhecimento da igualdade diante de certos direitos já concedidos aos heterossexuais. Por esse

² Conforme tradução de Vera Ribeiro (Elias, 2000).

ângulo, tem-se uma disputa territorializada, em que alguns, neste caso os grupos LGBT, estão excluídos do acesso a certos bens, da ordem do direito, já compartilhados pelos heterossexuais, certamente ainda representantes, em um certo nível ou dimensão, da “boa sociedade” contemporânea. No entanto, as disputas dão-se também no âmbito dos discursos, da luta LGBT por determinar uma verdade, a sua própria verdade, manejando, portanto, elementos difusos de uma “microfísica do poder”.

Apresento, em seguida, o processo de legitimação de certas identidades dentro do próprio movimento. A constituição da sigla LGBT não se deu por acaso: ela é fruto do debate político e de disputas de e por poder, cuja matriz teórica esboçada pretende iluminar em sua complexidade. Dessa luta, uma agenda política comum foi constituída e pode ser pensada por meio do dilema reconhecimento e redistribuição proposto por Nancy Fraser. Uma análise da Parada do Orgulho LGBT ganha espaço nesse capítulo como uma importante estratégia política empreendida pelo Movimento para, por meio da conquista de visibilidade, interagir no campo das disputas, das representações culturais.

Realizado o percurso histórico que nos conduz ao sujeito contemporâneo e às disputas de poder que dão sustentação à formação das identidades LGBT como atores políticos, donos de seu próprio discurso e de uma agenda política específica, exponho no terceiro capítulo minha pesquisa de campo. Faço isso matizando-a com os contornos de uma suposta crise partidária, que parece indicar o distanciamento dos partidos políticos às novas demandas sociais, tão plurais e distantes das disputas capital/trabalho. Novamente, minha percepção caminha em um outro sentido: acredito que exista alguma capilaridade entre o Movimento LGBT e os partidos políticos, uma vez que estes ainda detêm o monopólio legislador e aquele requer em sua luta o reconhecimento de direitos a serem estabelecidos em leis.

Além da pesquisa bibliográfica, o trabalho de campo foi realizado em duas etapas. A primeira focou os partidos políticos como instituições. Sendo assim, por meio de consultas à Internet, procurei acessar e analisar os estatutos, programas e estruturas organizacionais de cada um dos 28 partidos brasileiros.³ Privilegiei o *site* do Tribunal Federal Eleitoral, por considerá-lo detentor de dados oficiais. Apenas quando a informação pesquisada nesse *site* necessitava de

³ Para conhecer a relação dos 28 partidos, *vide* Anexo A.

complementação é que consultei os *sites* dos partidos. Ainda assim, algumas dificuldades foram enfrentadas e ficaram sem solução, como a não-disponibilização em nenhum dos dois endereços eletrônicos dos dados almejados e, no caso do partido PAN – Partido dos Aposentados da Nação –, a impossibilidade completa de acesso, já que este não possui um endereço na Internet.

A segunda etapa deste trabalho procurou mapear a atuação dos parlamentares da Câmara Federal, por meio de seu banco de dados virtual. Assim, foram consultados os discursos proferidos e as proposições apresentadas ao longo do tempo a respeito das demandas LGBT. No intuito de qualificar esses dados, algumas correlações foram feitas com a atuação nas duas frentes parlamentares constituídas, em torno de tais demandas, a saber, Frente Parlamentar Mista pela Livre Expressão Sexual e Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT. Algumas entrevistas e informações outras obtidas em *sites* LGBT subsidiam ainda a análise, finalizada, por contraponto, com uma explanação a respeito da atuação do Governo Federal diante das reivindicações LGBT e com a consolidação de um representativo quadro formado por diversas legislações já em vigor em Estados e Municípios brasileiros.

Ao elaborar o quarto capítulo, chego ao fim deste trabalho. O fim retoma a inspiração inicial com a qual dialogo de posse de minha própria análise. O impasse provocador e inspirador foi encontrado na percepção de Wanderley Guilherme dos Santos, que sugere uma certa atonicidade política da sociedade brasileira e um distanciamento entre os partidos políticos e os conflitos sociais. Essa percepção insere-se em um debate maior, em nível mundial, a respeito de cultura cívica e do papel dos partidos políticos no mundo contemporâneo. Se, por um lado, sob a perspectiva da luta de classes, parece haver o hiato, por outro, diante da explosão de demandas que acontece nas últimas décadas do século XX, outros autores, como, por exemplo, Vera da Silva Telles, percebem um florescimento político, com o aparecimento de novos atores sociais, entre eles as Organizações Não Governamentais (ONGs) e os “novos” movimentos sociais. Essa dinâmica é protagonizada por uma crescente consciência de que se tem direito a ter direitos, que parece trazer em si a possibilidade de gerar uma gramática social diferente da atual. Esse é o marco a partir do qual minha pesquisa se desenvolveu.

Dos movimentos “de superfície” denunciados por Wanderley Guilherme à possibilidade de construção de uma nova gramática social por esses mesmos movimentos, defendida por Vera Telles e Evelina Dagnino, apresento a leitura de um diálogo possível e real entre partidos políticos e Movimento LGBT, cuja habilidade de organização estratégica e fluidez em face dos canais democráticos têm angariado, minimamente falando, um número considerável de políticos favoráveis e engajados com a sua causa, ao mesmo tempo que têm extraído políticas em seu benefício.

Minha expectativa é de que, dada a contemporaneidade desta abordagem na ciência política, novas pesquisas e discussões a respeito sejam suscitadas, aprofundando o debate em torno da democracia brasileira. Afinal, a realidade aqui retratada já se encontra modificada, uma vez que o conhecimento produzido acaba por alimentar a própria realidade, alterando-a.